



# REDAÇÃO

com Fernanda Pessoa

Estrutura do desenvolvimento

# ESTRUTURA DO DESENVOLVIMENTO

## ENTENDENDO A ESTRUTURA DO DESENVOLVIMENTO

Agora que sabemos tudo sobre a necessidade de se construir um planejamento textual e vimos passo a passo quais são as etapas da introdução, podemos prosseguir com a estrutura do desenvolvimento.

## FUNÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Uma redação é um texto formado de uma passagem escrita, de um todo independente, em torno de uma ideia, de um sentido. Essa organização obedece a certos princípios, de modo que se crie um todo significativo, cumprindo um **objetivo** e uma determinada situação. Em um texto coerente todas as partes se **encaixam**; na verdade se completam, não pode haver partes que destoam ou contradigam as demais partes do texto.

A **introdução** do texto apresenta as ideias que vão originar os dois parágrafos de desenvolvimento (ou um, ou três... depende da quantidade máxima de linhas permitidas). Ou seja, o **desenvolvimento** é justamente o “**corpo**” da redação. É nele que colocaremos nossos **argumentos**, tomaremos um posicionamento e defenderemos a **tese**.

## QUANTIDADE DE PARÁGRAFOS E NÚMERO DE LINHAS

A própria palavra “desenvolver” remete a essa função, pois constitui uma derivação prefixal de “envolver”, significando algo como “desdobrar”, “desembrulhar”, “esclarecer”, “continuar”. Na medida em que representa o “conteúdo” ou “corpo” do texto, o desenvolvimento não se restringe a poucas linhas, mas a quase 60 ou 70% do “espaço” disponível.

Mesmo com o propósito de desenvolvimento de ideias, não existe uma regra específica que cerceie o número de parágrafos para os desenvolvimentos. No entanto, sugerimos a realização de **dois parágrafos** para eles. Com apenas um, a chance de prejuízo na coesão e na coerência na desenvoltura das ideias é bem maior; com mais de dois, a probabilidade de você não conseguir desenvolver bem a sua linha de raciocínio por causa das poucas linhas disponíveis é, também, um grande risco.

Com relação à quantidade de linhas, em uma prova como a do Enem, sugerimos uma **média** entre 8 e 9 linhas.

**Obs.:** cada parágrafo deverá conter uma ideia distinta do que foi dito anteriormente e do que será abordado posteriormente. **Mas atenção:** é necessário que as ideias de cada parágrafo estejam linguisticamente conectadas. Posteriormente, no assunto de **coesão e coerência**, retomaremos essa discussão.



## PARTES DO DESENVOLVIMENTO

### TÓPICO FRASAL

Lembra-se da **tese**?

Pronto. Para entender o que é tópico frasal, você primeiro deve se lembrar de qual foi a defesa que, lá na introdução, você propôs. Isso porque o Tópico Frasal basicamente é o resumo da ideia central deste primeiro parágrafo. Ou seja, se na tese você disse que iria discutir determinado fato, agora você precisa, de fato, começar a defendê-lo.

Por exemplo: digamos que o tema tenha sido **o aumento do trabalho informal e os seus impactos na sociedade brasileira**.

Se na **tese** você optou por analisar as razões e os efeitos do crescimento do trabalho não remunerado na atualidade, este poderia ser o seu Tópico Frasal do 1º desenvolvimento:

Nesse sentido, é importante compreender que o desemprego e a atratividade do “autoemprego”, para os empresários, são os principais motivadores para o aumento da informalidade. Isso porque (...) git mo tem quo ilictem nis que pre nihil peria vidunt vendi is idereperum autatis esequam et

Note que a 1ª parte da tese (análise das razões) se transforma em algo mais desenvolvido, com caráter mais opinativo. Da 1ª parte da tese, nasceu o 1º tópico frasal.

Logo após isso, virá a **ampliação dessa ideia**, que estudaremos a seguir. Mas, antes disso, perceba que, na tese, também se fala na análise dos efeitos. Dito isto, este abaixo poderia ser o seu Tópico Frasal do 2º desenvolvimento:

Além disso, observa-se que a falsa promessa de controle da própria produtividade e a porosidade das condições trabalhistas são efeitos evidentes da opção pelo trabalho sem regulamentação. Tal questão ocorre(...) git mo tem quo ilictem nis que pre nihil peria vidunt vendi is idereperum autatis esequam et qui

### AMPLIAÇÃO

Como dissemos anteriormente, um texto dissertativo-argumentativo pode ser caracterizado sumariamente assim: seu autor propõe uma **tese** (ou uma hipótese) e a **justifica**.

Nesta parte, agora, chegou a hora de **explicar** o que você acabou de dizer no **Tópico Frasal; de ampliar o seu raciocínio**. Ou seja, chegou a hora de dizer as razões pelas quais você disse o que acabou de dizer, os **porquês**.

Seguindo o exemplo que estávamos usando, seria dizer, após o primeiro Tópico Frasal, algo como:

(...) Isso porque há um país “dentro” do Brasil composto por cidadãos sem renda fixa que, para garantir necessidades básicas, como alimentação, moradia e saúde, recorrem ao trabalho não regulamentado por ser um meio de garantir o próprio sustento. Desse modo, surge na sociedade uma espécie de “uberização do trabalho”, isto é, o aumento da preferência, por parte do empresariado, em criar vagas sem garantia de direitos aos funcionários, já que, a fim de sobreviver, têm ciência de que muitos trabalhadores se submetem a qualquer tipo de trabalho.

### FUNDAMENTAÇÃO

Tudo feito até aqui, gira em função da opinião, por mais bem ampliada e explicada que tenha sido. Isso acontece porque há uma grande diferença entre opiniões com base em gostos pessoais/preferências e opiniões embasadas em **fatos e fundamentações teóricas válidas**. Os gostos pessoais partem, basicamente, de um *achismo*, o qual geralmente não possui fundamento e não pode ser validado como **evidência**.

Já as opiniões embasadas, como já dito anteriormente, possuem respaldo em fatos e/ou **fundamentações teóricas**, os quais possibilitam a consolidação da argumentação, uma vez que a existência destes pode ser constatada e validada como prova.

É neste momento que entram em cena os **repertórios socioculturais** de que tanto você ouve falar por aí.

Estar munido dos mais variados tipos de repertório (em vez de apenas um ou dois que prometam ser a solução dos seus problemas) ajudam tanto a embasar a sua opinião em um determinado texto quanto, em um momento de estudo/leitura, criar uma opinião sobre algo.

Essas evidências são os **repertórios socioculturais** das várias áreas do conhecimento pelas quais você dará sustentáculo às suas opiniões

No assunto de Tipos de Repertório Sociocultural, aprofundaremos e detalharemos tudo de que você precisa saber sobre o assunto. Neste momento, o que você precisa entender é que, por meio dele, você embasará a sua **opinião** e, com isso, terá transformado o que era uma simples ideia em um **argumento**.

### CONCLUSÃO DO PARÁGRAFO

Por fim, é importante (mas não obrigatório) fazer uma breve “fechamento” do parágrafo, para evitar que o desenvolvimento acabe “do nada”, concluindo a linha de raciocínio.

### MECANISMOS DE COESÃO E DE COERÊNCIA TEXTUAL

Coesão e coerência são configurações distintas em relação ao texto. A coesão é caracterizada pelas relações lógico-semânticas que se manifestam na superfície do texto, verificadas por meio dos mecanismos coesivos.

Já a coerência envolve o sentido do texto, e baseia-se na relação: emissor (aquele que emite a mensagem) - receptor (aquele

que recebe a mensagem) - contexto (situações que motivam a produção do texto).

Pela importância dessa parte, estudaremos mais à frente detalhadamente ambas as partes e, neste momento, indicaremos nas aulas, como estudar, neste momento, os mecanismos de coesão. É só continuar assistindo!

## O QUE NÃO FAZER NOS DESENVOLVIMENTOS

- Cuidado com o desabafo;
- Cuidado com a distância entre o que se quer colocar como exemplo e o que se trouxe na discussão;
- Atenção ao tamanho do parágrafo e à proporcionalidade entre os dois desenvolvimentos! Não é interessante ter um com cinco (5) e o outro com 12, por exemplo.



### Curiosidade

Pode-se dizer que as partes de cada parágrafo de desenvolvimento serão compostas por:

- Tópico Frasal - Ideia central do parágrafo
- Ampliação – Explicação do tópico
- Fundamentação – Algo que será usado para dar credibilidade ao que está sendo discutido.

Esses elementos podem ser associados e construídos de muitas formas incríveis.

## DETALHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO:

- Colocação do Tópico frasal
- Ampliação do tópico sem usar um repertório
- Fundamentação com um repertório
- Ampliação do tópico com um repertório como fundamentação
- Associação do repertório à ampliação e ao tema
- Ampliação só com a ideia de um teórico
- Exposição do nome do teórico e a explicação da relação entre a ideia dele com o assunto do parágrafo.
- Fechamento da ideia do parágrafo, explicando o repertório e associando-o ao que foi discutido no parágrafo
- Fechamento da ideia do parágrafo com um repertório como fundamentação, associando-o ao que foi discutido no parágrafo

- Fechamento da ideia do parágrafo, retomando o repertório da introdução, associando-o ao assunto do parágrafo
- Fechamento da ideia do parágrafo, associando a algo do cotidiano ou a algum dado.
- Fechamento da ideia somente retomando a ideia central do parágrafo e associando-a ao tema
- Fechamento da ideia do parágrafo, retomando o repertório da introdução e associando-o a algo do cotidiano ou a algum dado.

Tente organizar cada item em um período e monte o seu parágrafo de acordo com a função do Desenvolvimento

Veja algumas opções e se lembre de que nada é verdade absoluta:

### Opção 1

- Colocação do Tópico frasal
- Ampliação do tópico sem usar um repertório
- Fundamentação com um repertório
- Fechamento da ideia do parágrafo, explicando o repertório e associando-o ao que foi discutido no parágrafo

### Opção 2

- Colocação do Tópico frasal
- Ampliação do tópico com um repertório como fundamentação
- Associação do repertório à ampliação e ao tema
- Fechamento da ideia somente retomando a ideia central do parágrafo e associando-a ao tema

### Opção 3

- Colocação do Tópico frasal
- Ampliação do tópico com um repertório como fundamentação
- Associação do repertório à ampliação e ao tema
- Fechamento da ideia do parágrafo, retomando o repertório da introdução, associando-o ao assunto do parágrafo

### Opção 4

- Colocação do Tópico frasal
- Ampliação do tópico sem usar um repertório
- Fechamento da ideia do parágrafo, retomando o repertório da introdução e associando-o a algo do cotidiano ou a algum dado.

## Opção 5

- Colocação do Tópico frasal
- Ampliação só com a ideia de um teórico
- Exposição do nome do teórico e a explicação da relação entre a ideia dele com o assunto do parágrafo.
- Fechamento da ideia somente, retomando a ideia central do parágrafo e associando-a ao tema

Fique com suas tabelas e monte como quiser até encontrar o seu estilo:


Outra opção:


## Sugestão de Coesão

Sugestão de elementos de coesão para o começo do parágrafo 2 de desenvolvimento

- ▶ Nesse sentido,
- ▶ Nessa perspectiva,
- ▶ Diante dessa questão,
- ▶ Diante desse cenário,

Sugestão de elementos de coesão para o começo do parágrafo 2 de desenvolvimento

- ▶ Além disso,
- ▶ Ademais,
- ▶ Consequentemente,
- ▶ Como consequência,

## O que podemos usar para iniciar a ampliação

- ▶ Isso ocorre, porque...
- ▶ Isso acontece, porque...
- ▶ Tal fato ocorre, devido à...
- ▶ Essa questão acontece, porque...
- ▶ Esse problema ocorre, pois...
- ▶ Essa questão está diretamente associada ao fato de



### Atenção

Você pode fazer todas as combinações que julgar pertinentes de acordo com a sua maturidade de escrita.

## Vamos aos exemplos:

- ▶ **Tema:** entraves para o exercício da cidadania e para a consolidação dos direitos humanos no Brasil
  - Bruna Bueno

Na tela “Segunda Classe”, do início do século XX, a artista Tarsila do Amaral faz uma crítica à exclusão de uma determinada parcela da população posta às margens da sociedade. Ao sair do viés literário, percebe-se que a situação denunciada pela artista ainda persiste na contemporaneidade, visto que muitos cidadãos não têm pleno acesso aos direitos constitucionais por estarem em uma situação de vulnerabilidade. A partir desse contexto, é preciso entender os principais entraves para o exercício da cidadania e para a consolidação dos direitos humanos.

Diante desse cenário, cabe ressaltar que a histórica exclusão do povo da dinâmica social contribui para o enfraquecimento da cidadania e dos direitos humanos. Isso ocorre, porque, de fato, existe, no Brasil, uma cultura de excluir o povo da vida em sociedade, como forma de invisibilizar as suas demandas reais e mantê-lo em uma condição de dominação. Essa questão, estudada pela historiadora Lilia Schwarcz, gerou o afastamento dos cidadãos da participação social e diminuiu o exercício da cidadania no país. Nesse sentido, houve a perda de conquistas no âmbito dos direitos humanos, visto que uma democracia sem uma população atuante e fiscalizadora de seus direitos fica enfraquecida, o que faz com que o povo

seja apenas “espectador” da história do país e não atue no direcionamento político do panorama nacional. Exemplo disso foi o alto número de abstenções de voto, em 2022, nas eleições presidenciais: mais de 30 milhões de pessoas, segundo o TSE. Dessa forma, nota-se um país que mantém seus graves problemas sociais, como o descaso retratado na tela de Tarsila, há um século, e infelizmente multiplica os cidadãos que são tratados como de “segunda categoria”.

Além disso, é preciso entender que a falha educacional brasileira também contribui para dificultar a cidadania plena e garantir a efetivação dos direitos humanos no país. Tal questão acontece, pois o enfoque educacional dado à formação tecnicista dos indivíduos (a qual ainda prioriza uma precária formação para mão de obra) proporcionou uma maioria populacional com baixo conhecimento crítico. Com isso, muitos cidadãos não conseguem ter o pleno entendimento acerca do seu papel social e dos seus direitos, o que dificulta a consolidação dessas premissas constitucionais no país. Exemplo disso foi o alto número de abstenções de voto, em 2022, nas eleições presidenciais: mais de 30 milhões de pessoas, segundo o TSE, ou seja, no processo eleitoral mais polarizado da história da democracia no Brasil, a opção de uma grande parte foi se omitir.

Portanto, faz-se fundamental consolidar a cidadania e promover os direitos humanos para o crescimento permanente do Brasil. Para isso, é preciso que o Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Educação, promova a criação de um Projeto de Lei (posteriormente votado no Legislativo), o qual irá garantir a reformulação eficiente das bases da educação do país. Tal ação ocorrerá por meio da introdução obrigatória de debates mensais em sala de aula, com a presença de especialistas em direitos humanos (tanto na rede pública quanto na rede privada) a fim de proporcionar a construção do conhecimento crítico desde a infância. Dessa forma, haverá um país no qual os direitos se tornarão verdadeiramente humanos e os cidadãos não serão separados em categorias.

- **Tema:** Impactos causados pelo consumismo no Brasil
  - Isabelli Pinheiro

O documentário “Lixo Extraordinário”, do artista plástico Vik Muniz, mostra como a arte pode transformar a realidade à medida que dá sentido estético a materiais do cotidiano descartados pela sociedade de consumo. Ao considerar que um dos objetivos da arte é ressignificar a realidade, no caso do artista, atribuindo valor ao que teoricamente seria “lixo”, evidencia-se uma denúncia intrínseca ao consumo em excesso característico das sociedades capitalistas, sobretudo, do Brasil. A partir desse contexto, é válido entender o quanto a naturalização do desgaste ambiental e a manutenção de uma sociedade ainda dissociada de seu papel enquanto ser coletivo são os maiores reflexos de uma sociedade programada para consumir.

Com base nesse cenário, nota-se que, para atender à demanda de um consumo exagerado, a produção também se dá de forma excessiva, o que acarreta danos diretos ao meio ambiente. Isso ocorre pelo fato de haver o descarte inadequado de produtos “ultrapassados”, em virtude do fetiche atribuído às mercadorias, o qual amplia o desejo de consumir como moda, e contribui para o aumento do lixo produzido. Essa teoria, que analisa a relação de uma falsa autonomia de consumo, foi estudada pelo sociólogo Guy Debord, o qual faz críticas às relações sociais determinadas pela capacidade de compra responsável por uma poluição ambiental em nome da manutenção da validação do que se é a partir do que se tem. O resultado? Infelizmente trágico, pois, ao passo que o consumo tem sido encorajado principalmente pelas novas mídias sociais, o Brasil se mantém como um exemplo a não ser seguido: é atualmente o 4º maior produtor de lixo plástico do mundo e um dos países que menos recicla, segundo dados da WWF, de 2022. Dessa forma, por mais que vários representantes da sociedade, inclusive, artistas como Vik Muniz, utilizem material descartado como forma de denúncia a respeito da necessidade de consumo consciente, é urgente uma mudança coletiva.

Além disso, é válido pontuar o quanto a lógica do consumismo retroalimenta uma alienação socialmente programada. Tal questão acontece devido à instauração de uma espécie de analfabetismo de consumo, ou seja, incentivava-se a ignorância de uma parte da população que não tem instrução mínima sobre os processos básicos associados ao seu papel enquanto ser social, responsável pelo que consome. Esse mecanismo é utilizado como estratégia dos detentores de poder para manter a sociedade com comportamentos previsíveis e com o desejo de consumir como única forma de participação social. Essa lógica de padronização expõe uma mentalidade a qual mantém os sintomas de uma exploração colonial, por aceitar passivamente a imposição de costumes e reproduzi-los como sendo intrínsecos à sua formação: é a naturalização do consumo acima de tudo.

Portanto, ao perceber a gravidade dos impactos gerados pelo consumo excessivo, é urgente a adoção de uma mudança no comportamento da sociedade. Para isso, é fundamental que o Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Economia, crie uma ampla campanha de mobilização social em prol do desenvolvimento do país. Tal ação ocorrerá por meio de uma “Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo Consciente”, a qual irá usar os meios de comunicação de amplo alcance, por exemplo, tv e rádio, para informar acerca dos prejuízos ambientais e sociais causados pelo consumo inconsciente. Isso deve ocorrer a fim de promover a redução do consumo desmedido, pois nem todo o lixo produzido é base para arte como as instalações de Vik Muniz.

► **Tema:** O vício do uso das redes sociais

- Fernanda Pessoa

No século XVI, a Academia de Platão foi imortalizada por meio da obra do pintor Rafael Sanzio. Na pintura “A escola de Atenas”, alguns dos principais representantes de grandes ideias mundiais foram retratados de maneira que o diálogo e o compartilhamento dos saberes fossem representados. Hoje, ao considerar que as redes sociais são o espaço para a conexão entre pessoas com objetivos comuns da mesma forma que as ágoras eram na Grécia Antiga, pode-se considerar que o mural do Renascimento é uma sóbria representação dessa comunidade. No entanto, em oposição à ideia de diálogo representada na pintura, hoje as redes sociais virtuais têm gerado sérios prejuízos pelo uso em excesso. A partir desse contexto, é fundamental entender o que tem motivado essa excessiva exploração das redes e o maior impacto desse vício para toda a conjuntura social.

Com base nessa questão, não há como hesitar: as redes sociais são atrativas por possibilitarem o compartilhamento com base no interesse individual. Nessa perspectiva, cada vez mais, o usuário pode tornar públicos o cotidiano e a opinião, por meio de interações, com a utilização de ferramentas disponíveis para a manifestação de uma performance psicossocial (nem sempre real, mas muitas vezes conveniente). Assim, fica nítido o quanto o excesso de uso das redes está diretamente vinculado à psicologia humana por necessidade de autoafirmação que já existia antes da internet e aumentou devido a ela. Tal questão pode ser observada tanto no século XVI, na tela de Rafael, em que Platão e Aristóteles são postos no meio da imagem como figuras a serem seguidas, quanto na teoria do psicólogo Gaultier, o qual se utilizou do romance Madame Bovary - de Flaubert - para cunhar o termo “bovarismo” na psicologia e reconhecer que é mais comum do que se imagina o desejo do ser humano em querer ser outro. Hoje, é perceptível que a situação da personagem Emma Bovary seria ainda mais grave com a internet.

Além disso, convém pontuar o quanto o excesso da interação virtual repercute nos desafios enfrentados pelo tecido social brasileiro. Isso ocorre porque “o crescimento das doenças psiquiátricas possui forte ligação com a função das redes sociais e o tempo dedicado a elas na contemporaneidade”. Essa teoria foi estudada pelo filósofo Byung Chul Han (na obra “Sociedade do Cansaço”) e mostra o quanto o excesso de uso das redes e a necessidade de se manter como referencial constroem uma geração emocionalmente frágil. Nesse sentido, ao naturalizar o compartilhamento de uma realidade utópica em um país regido por muitas instabilidades sociais, a “sociedade do cansaço”, ou seja, esse corpo social marcado por muitas patologias mentais, acentua o adoecimento dos seus indivíduos. Logo, se as dificuldades de uma economia emergente costumam gerar alterações emocionais, enfrentá-las, na era digital, é

um grande desafio de resistência aos estímulos externos para doenças como ansiedade e depressão. Prova disso está nos dados divulgados pela OMS, os quais revelam, infelizmente, que o Brasil é o país mais ansioso do mundo e se mantém assim há 4 anos.

Portanto, é inegável que o crescimento do uso das redes sociais encontra respaldos na psicologia humana e o crescimento de patologias psiquiátricas está associado ao seu uso desmedido. Assim, é fundamental que o Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Saúde, estimule ações de incentivo à saúde mental. Tal ação ocorrerá por meio de um “Projeto Nacional de Incentivo à Saúde Mental”, o qual divulgará informações relevantes sobre a relação entre as doenças psiquiátricas e o uso exagerado das redes sociais por meio da imprensa socialmente engajada, a fim de facilitar o entendimento e o acesso da população. Afinal, é chegada a hora do ideal de rede social, pretendido há mais de 2000 anos, ser, de fato, concretizado sem que uma pessoa queira aparecer mais que a outra, mesmo que se esteja falando dos maiores filósofos do mundo.

► **Tema:** A desigualdade regional no Brasil

- Fernanda Pessoa

No século XX, em “Morte e Vida Severina”, João Cabral de M. Neto usou um personagem para retratar a realidade dos retirantes nordestinos, os quais viam a migração como a única oportunidade de sobrevivência. Hoje, percebe-se que a obra ainda dialoga com a realidade de uma grande parcela da população, já que, apesar do lapso temporal, as desigualdades socioeconômicas regionais ainda geram um sofrimento em muitos “Severinos”. A partir desse contexto, é imprescindível entender a origem da persistente desigualdade regional do Brasil e a repercussão desse problema na estrutura do país.

Nesse sentido, é fundamental entender a discrepância regional brasileira advinda do escasso interesse político em unificar o crescimento do país. Isso ocorre porque “o desenvolvimento social depende da força das instituições nacionais, as quais estão corrompidas pelo paternalismo, ou seja, pela cultura de gerir o Estado como um patrimônio privado” (teoria estudada pelo sociólogo Sérgio B. de Holanda, no século XX, e pela historiadora Lilia Schwarcz, agora no século XXI). Nessa perspectiva, à medida que a postura política de priorizar interesses pessoais se enraíza, as dificuldades de conduzir o crescimento equitativo do país são acentuadas. Esse problema se torna ainda mais grave quando se percebe que as marcas da desigualdade persistem por falta de disposição política, e não por indisponibilidade de recursos, já que segundo o FMI, o Brasil se mantém entre as 20 maiores economias do mundo, mas a maioria da população se

mantém, há séculos, em condição de extrema vulnerabilidade. Tal questão pode ser percebida tanto na obra de João Cabral quanto na vida de milhões de brasileiros que vivem à margem de um país republicano, que tem recursos, mas não consegue tirar 125 milhões de pessoas em condição de insegurança alimentar.

Além disso, percebe-se também o quanto as diferenças entre o grau de desenvolvimento das regiões repercutem no subdesenvolvimento do Brasil. Realmente, não há como hesitar: “nenhuma economia que hoje é desenvolvida foi categorizada, no passado, como emergente”, ou seja, o subdesenvolvimento não é uma etapa do processo de crescimento, mas é algo que foi projetado para permanecer no âmbito nacional e justificar as desigualdades sociais. Essa ideia foi estudada pelo economista Celso Furtado (na obra “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”) e denuncia o quanto o anacronismo social é usado como estratégia para manter uma estrutura que naturaliza, na camada mais vulnerável da sociedade, a ideia de “no Brasil todos serem Severinos iguais em tudo na vida porque o sangue que se tem carrega tem pouca tinta”. A partir disso, é difícil pensar em sair da periferia do capitalismo um país com graves problemas sociais em muitas regiões.

Portanto, é inegável que as desigualdades entre as regiões do Brasil é uma consequência da gestão política, a qual reverbera no desenvolvimento do país. Assim, é fundamental que o Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério do Desenvolvimento Regional, estimule ações de incentivo ao crescimento das áreas mais negligenciadas. Tal ação ocorrerá por meio de um “Projeto Nacional de Incentivo ao Crescimento Unificado”, o qual redirecionará recursos de acordo com a necessidade de cada região. Nesse orçamento, o Plano Diretor Municipal será utilizado para reconhecer quais são as reais urgências de cada município, a fim de tornar efetivo o investimento nos 26 estados e no Distrito Federal. Afinal, a despeito de tudo, é a vida quem deve triunfar e não é justo que seja uma vida “Severina”.

e continua restrita às prosas e às poesias do movimento romântico. A partir desse contexto, é imprescindível compreender os maiores desafios para uma plena valorização das comunidades tradicionais do Brasil.

Nesse sentido, é inegável que o escasso interesse político em assegurar o respeito à cultura e ao modo de vida dessas populações tradicionais frustra a valorização desses indivíduos. Isso acontece, porque, como já estudado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, há no Brasil uma espécie de “Colonialismo Insidioso”, isto é, a manutenção de estruturas coloniais perversas de dominação, que se disfarça em meio a avanços sociais, mas mantém a camada mais vulnerável da sociedade explorada e negligenciada. Nessa perspectiva, percebe-se o quanto a inviabilização dos povos tradicionais é proposital e configura-se como uma estratégia política para permanecer no poder e fortalecer situações desiguais e injustiça social. Dessa forma, tem-se um país que, além de naturalizar as mais diversas invasões possessórias nos territórios dos povos tradicionais, não respeita a forma de viver e produzir dessas populações, o que comprova uma realidade destoante das produções literárias do Romantismo.

Ademais, é nítido que as dificuldades de promover um verdadeiro reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais ascendem à medida que raízes preconcebidas são mantidas. De fato, com base nos estudos da filósofa Sueli Carneiro, é perceptível a existência de um “Epistemocídio Brasileiro” na sociedade atual, ou seja, há uma negação da cultura e dos saberes de grupos subalternizados, a qual é ainda mais reforçada por setores midiáticos. Em outras palavras, apesar da complexidade de cultura dos povos tradicionais, o Brasil assume contornos monoculturais, uma vez que inferioriza e “sepulta” os saberes de tais grupos, cujas relações e produções, baseadas na relação harmônica com a natureza, destoam do modelo ocidental, capitalista e elitista. Logo, devido a um notório preconceito, os indivíduos tradicionais permanecem excluídos socialmente e com seus direitos negligenciados.

Portanto, faz-se necessário superar os desafios que impedem a valorização das comunidades tradicionais no Brasil. Para isso, urge que o Poder Executivo – na esfera federal – amplie a verba destinada a órgãos fiscalizadores que visem garantir os direitos dos povos tradicionais e a preservação de seus territórios e costumes. Tal ação deve ser efetivada com a implantação de um Projeto Nacional de Valorização dos Povos Tradicionais, de modo a articular, em conjunto com a mídia socialmente engajada, palestras e debates que informem a importância de tais grupos em todos os 5570 municípios brasileiros. Isso deve ser feito a fim de combater os preconceitos e promover o respeito às populações tradicionais. Afinal, o intuito é que elas sejam tão valorizadas quanto os indígenas na primeira fase da literatura romântica.

- ▶ **Tema:** Os desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil.
  - Carina Beatriz de Souza Moura – Aluna que tirou 1000 na redação do Enem em 2022

Na segunda metade do século XIX, os escritores da primeira fase do Romantismo elevaram, de maneira completamente idealizada, o indígena e a natureza à condição de personificadores da beleza e do poder da pátria (quando, na verdade, os nativos continuaram vítimas de uma exploração desumana no momento em questão). Sem desconsiderar o lapso temporal, hoje, nota-se que, apesar das conquistas legais e jurídicas alcançadas, a exaltação dos indígenas e dos demais povos tradicionais não se efetuou no cenário brasileiro

- **Tema:** A importância do investimento ao esporte no cenário brasileiro
  - Camila Maria

Na obra “Futebol”, o artista Candido Portinari retrata, no século XX, a cultura do esporte, por meio da simplicidade de crianças em um jogo de bairro. Ao sair do universo artístico e considerar o viés real e atual da questão, é possível perceber que, apesar de ser elemento essencial da coletividade brasileira, ainda há a ausência da efetiva valorização do esporte no cenário nacional. A partir desse contexto, faz-se necessário entender o quanto a concretização do investimento no esporte é importante para o crescimento nacional e como a construção cultural repleta de estigmas impede tal questão.

Com base nesse cenário, é válido perceber que o enaltecimento de símbolos culturais, como o futebol, é primordial para o desenvolvimento do país. Nessa perspectiva, devido a sua problemática formação, o Brasil se efetivou como Estado, e não Nação, ou seja, há um país com população, território e governo ao invés de um país com brasileiros que possuem ideais coletivos e sentimento de pertencimento. A partir disso, nota-se que a consolidação do investimento no esporte funciona como um código de integração nacional, isto é, minimiza a carência por representações políticas moralizadas que o país possui e é capaz de construir, nos brasileiros, uma sensação de coletividade, apesar das diferenças. Isso foi estudado pelo antropólogo Roberto DaMatta e permite perceber o quanto a solidificação de elementos culturais, como a paixão brasileira pelo futebol, permite, a uma sociedade dividida internamente, a atuação de modo coordenado e proporciona experiências de justiça social independentemente do poder aquisitivo. Assim, haverá um Brasil que possui igualdade social, apesar de muitas diferenças, a partir do envolvimento com o esporte.

Além disso, é visível que a permanência de raízes preconceituosas acarreta um país que não consolida o estímulo à cultura dos esportes. Mas, por que isso acontece? Infelizmente, porque, com base nos estudos da historiadora Sueli Carneiro, há um “Epistemicídio Brasileiro” na sociedade atual, ou seja, há a negação de muitas manifestações populares, por exemplo, o futebol de bairro. Em outras palavras, apesar da existência de uma pluralidade nacional, os elementos populares, como o futebol, ganham contornos monoculturais e são transformados em produtos de forma a restringir o acesso à elite detentora de poder. Logo, devido ao caráter elitista adquirido, a diversidade relacionada à cultura dos esportes é “sepultada”.

Portanto, é urgente superar os desafios que impedem a consolidação do estímulo à cultura popular do esporte no Brasil. Logo, é necessário que o Poder Executivo, mais especificamente o Ministério do Planejamento, destine mais recursos financeiros às demandas de manifestações culturais, como

o futebol de rua, que ainda enfrentam a precariedade e não podem ser realizadas nos 5570 municípios. Tal ação deve ocorrer por meio da implantação de um Projeto Nacional de Incentivo ao Esporte, o qual irá investir mais em ambientes de lazer públicos, como campos de futebol nas cidades, e em infraestrutura nos variados espaços esportivos. Isso será feito a fim de efetivar o incentivo ao esporte em todo o Brasil, de maneira igualitária. Afinal, é chegada a hora de o reconhecimento da importância do futebol não se restringir às telas de Portinari.

- **Tema:** Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil.
  - Fernanda Quaresma - Aluna que tirou 1000 na redação do Enem em 2021 (496 caracteres)

Em “Vidas secas”, obra literária do modernista Graciliano Ramos, Fabiano e sua família vivem uma situação degradante marcada pela miséria. Na trama, os filhos do protagonista não recebem nomes, sendo chamados apenas como o “mais velho” e o “mais novo”, recurso usado pelo autor para evidenciar a desumanização do indivíduo. Ao sair da ficção, sem desconsiderar o contexto histórico da obra, nota-se que a problemática apresentada ainda percorre a atualidade: a não garantia de cidadania pela invisibilidade da falta de registro civil. A partir desse contexto, não se pode hesitar – é imprescindível compreender os impactos gerados pela falta de identificação oficial da população.

Com efeito, é nítido que o deficitário registro civil repercute, sem dúvida, na persistente falta de pertencimento como cidadão brasileiro. Isso acontece, porque, como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil é necessária a coexistência dos direitos sociais, políticos e civis. Sob essa ótica, percebe-se que, quando o pilar civil não é garantido – em outras palavras, a não efetivação do direito devido à falta do registro em cartório –, não é possível fazer com que a cidadania seja alcançada na sociedade. Dessa forma, da mesma maneira que o “mais novo” e o “mais velho” de Graciliano Ramos, quase 3 milhões de brasileiros continuam por ser invisibilizados: sem nome oficial, sem reconhecimento pelo Estado e, por fim, sem a dignidade de um cidadão.

Além disso, a falta do sentimento de cidadania na população não registrada reflete, também, na manutenção de uma sociedade historicamente excludente. Tal questão ocorre, pois, de acordo com a análise da antropóloga brasileira Lilia Schwarcz, desde a Independência do Brasil, não há a formação de um ideal de coletividade – ou seja, de uma “Nação” ao invés de, meramente, um “Estado”. Com isso, o caráter de desigualdade social e exclusão do diferente se mantém, sobretudo, no que diz respeito às pessoas que

não tiveram acesso ao registro oficial, as quais, frequentemente, são obrigadas a lidar com situações humilhantes por parte do restante da sociedade: das mais diversas discriminações até o fato de não poderem ter qualquer outro documento se, antes, não tiverem sua identificação oficial.

Portanto, ao entender que a falta de cidadania gerada pela invisibilidade do não registro está diretamente ligada à exclusão social, é tempo de combater esse grave problema. Assim, cabe ao Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ampliar o acesso aos cartórios de registro civil. Tal ação deverá ocorrer por meio da implantação de um Projeto Nacional de Incentivo à Identidade Civil, o qual irá articular, junto aos gestores dos municípios brasileiros, campanhas, divulgadas pela mídia socialmente engajada, que expliquem sobre a importância do registro oficial para garantia da cidadania, além de instruções para realizar o processo, a fim de mitigar as desigualdades geradas pela falta dessa documentação. Afinal, assim como os meninos em "Vidas secas", toda a população merece ter a garantia e o reconhecimento do seu nome e identidade.

► **Tema:** Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil.

- Giovanna da Silva Dias - Aluna que tirou 1000 na redação do enem em 2021 (532 caracteres)

Em sua obra "Os Retirantes", o artista expressionista Cândido Portinari faz uma denúncia à condição de desigualdade compartilhada por milhões de brasileiros, os quais, vulneráveis ocasionalmente, são invisibilizados enquanto cidadãos. A crítica de Portinari continua válida nos dias atuais, mesmo décadas após a pintura ter sido feita, como se pode notar a partir do alto índice de brasileiros que não possuem registro de nascimento, fator que os invisibiliza. Com base nesse viés, é fundamental discutir a principal razão para a posse do documento promover cidadania, bem como o principal entrave que impede tantas pessoas não se registrarem.

Com efeito, nota-se que a importância da certidão de nascimento para a garantia da cidadania relaciona-se à sua capacidade de proporcionar um sentimento de pertencimento. Tal situação ocorre, porque, desde a formação do país, esse sentimento é escasso entre a população, visto que, desde 1500, os países desenvolvidos se articularam para usufruir ao máximo do que a colônia tinha a oferecer, visando os lucros a todo custo, sem se preocupar com a população que nela vivia ou com o desenvolvimento interno do país. Logo, assim como estudando pelo historiador Caio Prado Júnior, formou-se um Estado de bases frágeis, resultando em uma falta de sentimento de identificação como brasileiro. Desse modo, a posse de documentos, como a certidão de nascimento, funciona como uma espécie de

âncora para uma população com escasso sentimento de pertencimento, sendo identificada como uma prova legal da sua condição enquanto cidadãos brasileiros.

Ademais, percebe-se que o principal entrave que impede que tantas pessoas no Brasil não se registrem é o perfil da educação brasileira, a qual tem como objetivo formar a população apenas como mão de obra. Isso acontece, porque, assim como teorizado pelo economista José Murilo de Carvalho, observa-se a formação de uma "cidadania operária", na qual a população mais vulnerável socioeconomicamente não é estimulada a desenvolver um pensamento crítico e é idealizada para ser explorada. Nota-se, então, que, devido a essa disfunção do sistema educacional, essas pessoas não conhecem seus direitos enquanto cidadãos, como o direito de possuir um documento de registro civil. Assim, a partir dessa educação falha, forma-se um ciclo de desigualdade, observada no fato de o país ocupar o 9º lugar entre os países mais desiguais do mundo, segundo o IBGE, já que, assim como afirmado pelo sociólogo Florestan Fernandes, uma nação com acesso a uma educação de qualidade não sujeitaria seu povo a condições de precária cidadania, como observada a partir do alto número de pessoas sem o registro no país.

Portanto, observa-se que a questão do alto índice de pessoas no Brasil sem certidão de nascimento deve ser resolvida. Para isso, é necessário que o Ministério da Educação reforce políticas de instrução da população acerca de seus direitos. Tal ação deve ocorrer por meio da criação de um Projeto Nacional de Acesso à Certidão, o qual irá promover, nas escolas públicas de todos os 5570 municípios brasileiros, debates acerca da importância do documento de registro civil para a preservação da cidadania, os quais irão acontecer tanto extracurricularmente quanto nas aulas de Sociologia. Isso deve ocorrer a fim de formar brasileiros que, cientes dos seus direitos, podem mudar o atual cenário de precária cidadania e desigualdade.



Anote aqui



Estamos juntos nessa!



TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.